



XVI JORNADA ACADÊMICA

Educação, Memória e História: Os desafios
no processo de redemocratização do Brasil

ISSN 2965-0615

TRAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO: DOCÊNCIAS ORIENTADAS NO ENSINO SUPERIOR

Marília Rodrigues Lopes¹

Denise Ferreira da Rosa²

EIXO TEMÁTICO 01: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E POLÍTICAS CURRICULARES

1. INTRODUÇÃO

As mudanças no processo de compreensão do ser humano e de sua realidade se transformam tal como se modificam as formas de produção de conhecimento e de sujeitos. Essas transformações da realidade social, cultural e política e as formas de produção objetiva e subjetiva de sujeitos na sociedade implicam em conhecimentos e processos de reflexão necessários para aqueles que desejam ser professores/as, que assumem as práticas de inclusão das diferenças tanto na sociedade como na escola.

Hoje, uma questão discutida no meio educacional a partir da ideia da diferença humana como um elemento normal, ou seja, tanto as discussões sobre currículo como sobre práticas pedagógicas que implicam considerar num primeiro plano que todos/as os/as alunos/as são diferentes e que a crença da homogeneidade é ilusão. Já que as diferenças humanas são elementos centrais para a educação e os/as professores/as pedagogos/as precisam construir-se capazes de perceber e propor processos de aprendizagem para os diferentes.

Com isso, a Disciplina das práticas/experiências que fiandam esta escrita, teve por Ementa: compreender a produção dos fundamentos históricos e antropológicos do campo da Educação Especial, e as políticas públicas e marcos regulatórios da Educação Especial, para se ter conhecimento sobre os sujeitos da aprendizagem e as práticas educativas nos processos de escolarização nos contextos da inclusão escolar. E, por Objetivo Geral: introduzir e identificar aspectos da relação interdisciplinar e colaborativa do trabalho docente na escola, considerando a relação entre Pedagogia e Educação Especial.

Já por Objetivos Específicos: ensino colaborativo de práticas pedagógicas numa política curricular inclusiva (por meio de aula expositiva-dialogada e estudo de texto; e, análise de práticas pedagógicas escolares); práticas colaborativas para além do ensino (por meio de identificar práticas colaborativas em práticas pedagógicas); e, flexibilizações curriculares e processos de aprendizagem (por meio de pensar sobre como promover outras políticas curriculares tomando em conta a inclusão escolar). E, por Habilidades: identificar e abstrair conceitos através de fontes bibliográficas, aulas e debates tendo como referência problemas desafiadores; e, analisar e sistematizar conceitos sabendo se posicionar e por isso elaborar conceitos próprios.

¹ Orientada pela Prof^a. Dr^a. Leandra Bôer Possa, Docente do Departamento de Educação Especial / CE / UFSM. Líder do GEPE / UFSM. Santa Maria/RS/Brasil. E-mail: leandrabp@gmail.com² Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

² Fiandar: uma soma de vozes e ecos que implicam vibrações nos movimentos. Verbo-ação postura-movimento. Um tentar operar que ativa o pensamento e a vida. Uma fiandografia (HEMAN, 2020).

2. ENSINO COLABORATIVO

A perspectiva da escolarização de crianças e jovens com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento nas classes comuns das escolas regulares brasileiras é hoje um imperativo moral e político. Entretanto, matricular não basta: é preciso acolher e responder às diferenças dessas crianças e jovens. E como fazer isso? Este foi o tema da leitura³ que embasou a primeira prática/experiência da Docência Orientada, durante o Semestre 2023/1, e que propôs estabelecer uma parceria efetiva entre Educação Especial e educação regular para viabilizar a escolarização bem sucedida de estudantes da população alvo da Educação Especial nas classes comuns das escolas regulares, por meio do ensino colaborativo ou coensino (MENDES; VILARONGA; ZERBATO, 2014).

2.1. DESDOBRAMENTOS

Tramitamos em uma sociedade em que o capacitismo é uma forma de preconceito para/com pessoas com deficiência, e está estruturalmente enraizado nas esferas sociais. Envolve uma [pré]concepção [pejorativa e violenta] acerca das capacidades que uma pessoa tem ou não devido a uma determinada deficiência, reduzindo levemente tal pessoa a essa deficiência.

Hoje, as concepções fundamentalmente embasadas em conhecimento científico, versam o sujeito público-alvo da Educação Especial como capaz de possuir potencialidades, como condição inicial para interagir no processo de ensino-aprendizagem, dentro e fora da Escola, para que desta forma o mesmo prossiga no seu processo de desenvolvimento intelectual, psicológico, motor, social e emocional.

Assim, a primeira prática/experiência da Docência Orientada buscou propor uma metodologia interativa/colaborativa, perpassando tensionamentos do ensino regular e suas interfaces para/com o: Acompanhamento Escolar; Atendimento Educacional Especializado - AEE; Serviço de Educação Especial; e, Apoio Psicopedagógico.

Com isso, proporcionando reflexões e enfrentamentos também no que tange a produção/planejamento/oferta de recursos didático-pedagógicos colaborativos, além de discussões pertinentes e trocas (quais sejam: citações, trechos de políticas públicas e questões de concursos públicos), visando entre elas...

Com foco na Escola: Comunicação alternativa a fim de permitir uma comunicação cada vez mais expressiva e receptiva; Acessibilidade metodológica por meio do planejamento de recursos visando adaptações curriculares, baseados nas inteligências múltiplas e no uso de variados estilos de aprendizagem e participação; Avaliação na direção do desenvolvimento da aprendizagem por meio das aulas regulares e dos atendimentos; Suporte e mediação no controle e na autorregulação das emoções do/s estudante/s frente às propostas, a fim melhorar a qualidade das interações, promovendo um espaço cada vez mais acolhedor e seguro.

Com foco na Família: Oferta de recursos para casa para o estímulo da vivência e da interação do/s estudante/s fora do ambiente escolar, das aulas regulares e dos atendimentos, de forma contínua e gradual; Orientação para a reserva de um tempo e ambiente específico e adequado para o desenvolvimento das atividades encaminhadas pela Professora e/ou Educadora Especial, em casa; Dicas de respeito e paciência ao tempo do/s estudante/s em aprender/em coisas novas, como os conteúdos curriculares, por exemplo, e a instigar e incentivar o/s seu/s interesse/s em atividades e propostas.

Com foco no Ensino colaborativo: Ações afirmativas que venham a priorizar estudante/s como sujeito/s de potencialidades (maior independência, qualidade de vida e inclusão social) através da integração com a Família e com a Escola (ensino regular e AEE).

³ Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt>>.

E, a garantia de um arsenal de recursos didático-pedagógicos (objetos: materiais manipulativos) que sigam contribuindo para proporcionar e ampliar habilidades funcionais, e conseqüentemente, promover vida mais independente e inclusão, por meio da oferta de estratégias. Sendo o termo funcionalidade entendido num sentido maior do que a habilidade em realizar uma tarefa específica, ou seja, oferecer recursos de e para intervenção para a funcionalidade, que deve ser biopsicossocial, e diz de: funções e estruturas do corpo – deficiência; atividades e participação - limitações de atividades e de participação; fatores contextuais - ambientais e pessoais.

A partir daí, o que fica como seiva para a trama, desta primeira prática/experiência, em evidência, é o cenário/território da inclusão e do AEE, que apesar de deverem ser garantia, de acordo com as necessidades específicas dos sujeitos público-alvo, em prol da construção de um ambiente escolar inclusivo e colaborativo, esbarra muitas vezes na falta de estrutura e, ainda, no preconceito estruturalmente enraizado nas esferas sociais.

Sendo de suma importância, uma sociedade/escola/instituição/ambiente familiar multifacetada/o, com espaço para todos/as. Um movimento emergente no contexto atual da Educação Brasileira, por meio de uma Educação de qualidade que esteja de 'olhos abertos' para as especificidades de condições da diversidade humana. Onde, para que tal garantia se efetive como direito educacional, se faz fundamental e urgente que suas temáticas e políticas públicas sejam amplamente contempladas, discutidas e conhecidas (técnica e cientificamente), seja pelas famílias, corpo docente, gestores e demais profissionais do campo da Educação, no ambiente escolar e fora dele, além da organização do processo de identificação e das estratégias para o devido acompanhamento especializado e colaborativo.

2.2. DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

O Desenho Universal para a Aprendizagem - DUA foi elaborado por David Rose, Anne Mayer e demais pesquisadores do Center for Applied Special Technology - CAST, na década de 1990. Os autores referidos propuseram pressupostos didáticos para subsidiar o planejamento e a prática docente em uma perspectiva inclusiva, denominado em inglês: Universal Design for Learning - UDL (SEBASTIÁN-HEREDERO, 2022), para assumir como princípios norteadores: possibilitar múltiplas formas de apresentação, de ação e de expressão do conteúdo pelo aluno; proporcionar vários modos de aprendizagem e desenvolvimento organizados pelo professor para os alunos; e, promover a participação, o interesse e o engajamento na realização das atividades pedagógicas (CAST, 2011).

Quanto a acessibilidade, diz da possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público, privado e/ou coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p. 16).

Este foi o tema que se aproximou da leitura que embasou a segunda prática/experiência da Docência Orientada, durante o Semestre 2024/1, e que propôs também estabelecer uma parceria efetiva entre Educação Especial e educação regular.

2.3. DESDOBRAMENTOS

A matrícula, o AEE, entre tantos outros serviços e recursos, apesar de serem direitos garantidos e fundamentais para atender às necessidades específicas dos sujeitos público-alvo da Educação Especial, ainda enfrentam desafios em sua implementação. A Declaração de Salamanca (1994) já apontava a educação

⁴ Disponível em:

<https://edufscar.com.br/ebook-ensino-colaborativo-como-apoio-a-inclusao-escolar-unindo-esforcos-entre-educacao-comum-e-especial>.

inclusiva como uma possibilidade de “educação para todos”. Assim, a segunda prática/experiência da Docência Orientada buscou ter foco no DUA e propor reflexões sobre as práticas escolares vivenciadas pelos estudantes em suas trajetórias escolares, formativas e profissionais.

Para tanto, apresentou uma metodologia interativa por meio da apresentação de tópicos relacionados aos textos indicados, e também de relatos de vivências de uma professora de Educação Especial⁷ em escolas públicas, estabelecendo a escuta das experiências que os/as acadêmicos/as traziam e perpassando os questionamentos que promoviam a reflexão e o debate sobre as políticas públicas vinculadas à educação, principalmente em como as escolas estão organizando seus espaços, e com isso, produzindo práticas inclusivas.

A partir daí, o que fica como seiva para a trama, desta segunda prática/experiência, em evidência, são os substratos das discussões realizadas que incentivaram os/as acadêmicos/as de um Curso de Licenciatura a questionarem as estruturas curriculares, considerando alternativas que valorizem as diferenças e necessidades de todos/as os/as alunos/as, com isso, percebendo como o currículo pode ser ao mesmo tempo um instrumento de exclusão e/ou de inclusão, dependendo de sua proposição.

Essa segunda prática/experiência reforçou a importância do ensino colaborativo e das flexibilizações curriculares como estratégias para a inclusão, tramando com a primeira prática/experiência, e ampliando, a partir daí, para os pressupostos do DUA como uma possibilidade outra para a criação e oferta de ambientes de aprendizagem que atendam às necessidades de todos/as os/as alunos/as na escola [e fora dela].

3. CONSIDERAÇÕES

Pelas seivas que sustentaram a trama das duas práticas/experiências de Docência Orientada, em evidência, de graduação e pós-graduação em formação, compreendemos que todo possível caminho para a educação inclusiva perpassa pelo constante exercício reflexivo acerca da adaptação dos processos pedagógicos às necessidades e diferenças de todos/as os/as alunos/as. Sendo que as práticas de ensino colaborativo, especialmente em direção ao DUA, mostram-se como importantes fios nessa trama, pois visa a possibilidade de ambientes educacionais que não apenas acolham, mas também, potencializem, em constância, capacidades subjetivas.

As práticas/experiências [nos] mostraram o fundamental papel de políticas públicas que orientam, regulamentam e normatizam os processos educacionais e a proveniência potencial de estruturas curriculares que garantam e promovam um currículo praticado e habitado, ainda que as dificuldades encontradas nos processos de inclusão escolar venham a ser diversas e emergentes. Também, a potência dos currículos que se faz na/s diferença/s, e que para isso, requer processos formativos que fomentem carreiras profissionais qualificadas, e docências efetivas para que ‘ninguém seja deixado/a para trás’, sendo ainda, capaz de reconhecer e considerar a diversidade humana, pela qual cada aluno/a apresenta suas habilidades, demandas, necessidades e formas de aprender e demonstrar aprendizado.

Por fim, que a inclusão por meio da educação inclusiva é uma construção coletiva que não depende única e exclusivamente do/a professor/a de Educação Especial, e não cessa em se resignificar, mas exige o comprometimento de todos/as os/as envolvidos/as no processo educativo. Afinal, uma escola para todos/as é uma escola de todos/as, por todos/as.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

GÓES, A. R. T.; COSTA, P. K. A. da. (Organizadores) **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva – vol 1.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

HEMAN, M. R. L. **Pistas, saídas, fugas e suspeições da escola como agenciamento de uma matriz discursiva da vulnerabilidade.** Santa Maria: UFSM, 2020. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo como Apoio à Inclusão Escolar. São Carlos: UFSCar, 2014. POKER, R. B. [et al.]. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

SEBASTIÁN-HEREDERO, E. **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): una bordagem curricular inclusiva [recurso eletrônico].** Eladio Sebastián Heredero, Jacqueline Lidiane de Souza Prais e Celia Regina Vitaliano. - 1. ed.- São Carlos: De Castro, 2022.

SILVA, G. L.; CAMARGO, S. P. H.; MELLO, M. P.; & COSTA, D. da S. (2022). **Contexto histórico e político para uma ação propositiva de organização e operacionalidade do Plano Educacional Individualizado de estudantes com deficiências.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 30 (85), 2022.